

22 JUN 2014

# O ESTADO DE S. PAULO

## ENTREVISTA

José Renato Nalini, presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo

# 'Justiça deve se abrir à sociedade', diz Nalini



**As claras.** Para presidente do TJ, 'democracia participativa é imperativo da transparência'

Presidente do TJ paulista cria conselho consultivo para suprir 'carência de diálogo do Judiciário' com quem o sustenta

**Fausto Macedo**  
**Mateus Coutinho**

O Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu criar o Conselho Consultivo Interinstitucional, instrumento para atuar como canal de comunicação direto com a sociedade. Imaginado e criado pelo desembargador José Renato Nalini, presidente do TJ-SP que acumulará a função de diretor do conselho, o colegiado poderá dar sugestões e recomendações, inclusive sobre a melhor aplicação do orçamento, direcionamento e uso de verbas.

Nalini defende a "democracia participativa" – embora seja flagrante a resistência de muitos de seus pares –, como "imperativo da transparência, corolário do princípio da publicidade".

● **Qual é o objetivo do conselho?**

O conselho é uma forma de fazer com que a sociedade civil se interesse por um equipamento que ela sustenta. Estamos vivendo uma epidemia de judicialização. Quase 100 milhões de processos no País. Temos mais de 800 mil advogados, 17 mil juízes, 15 mil promotores, 6 mil defensores públicos, quantos milhares de procuradores, de delegados de polícia, tabeliães, registradores públicos.

● **Como surgiu a ideia de abrir o debate sobre o futuro da corte?**

O Poder Judiciário sempre foi o mais hermético dos poderes, o mais distanciado, tanto que aqui no Brasil não se discute muito a questão da legitimidade. O nosso Judiciário, como poder da República, carecia de um diálogo mais intenso com a sociedade.

● **Na prática a sociedade civil poderá fazer sugestões ao TJ?**

O conselho vai auxiliar a administração do tribunal a pensar o orçamento, os investimentos, a informatização, a intensificar a conciliação. Avaliar se as opções que estamos tomando são as mais acertadas. É um diálogo com a sociedade que se inaugura.

**CONTINUA**

22 JUN 2014

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### ● Quem mais poderá compor o colegiado?

O conselho terá cadeira para os demais Poderes (*Executivo e Legislativo*) e para OAB, Defensoria Pública, Ministério Público, Polícia Militar, Polícia Civil, além dos 11 representantes da sociedade civil, de institutos de pesquisa e universidades, por exemplo. A grande surpresa foi que, assim que publicada a instituição do conselho, muitas entidades começaram a pleitear assento. A OAB, que foi solicitada a indicar um representante, mandou três. É evidente que não vamos com isso substituir os órgãos de comando, mas a administração será assessorada por um conselho que tem representatividade para trazer a voz da sociedade civil para dentro do tribunal.

### ● Por que a Justiça sempre se manteve distante da sociedade?

O Judiciário não tem a iniciativa da ação, só responde se for provocado. O princípio da inércia contaminou a administração do Judiciário, que ficou parado no tempo. É o momento de o Judiciário acertar o passo com a sociedade, dar uma prestação jurisdicional mais rápida, mais eficiente, assumir as tecnologias. Não vamos substituir os órgãos de comando, mas a administração será assessorada por um conselho com representatividade na sociedade civil. O juiz tem que se conscientizar que hoje é um agente que tem de pensar nas consequências concretas da sua decisão.

### ● Em que área atuará o conselho?

É para todas as questões administrativas. Sempre se pregou, foi sempre um ideal teórico, a participação popular na administração da Justiça. Os dois únicos exemplos que a doutrina mostra são o júri, em que o

cidadão faz parte, e a Justiça Eleitoral, quando você recruta o trabalho da cidadania para ajudar nas eleições. Estamos em um déficit de diálogo com a sociedade porque o Judiciário sempre foi um Poder que levou ao paroxismo a inércia, que é um princípio processual, um princípio ainda relativo.

### ● Qual deve ser o primeiro tema a ser pautado?

Vamos fazer a instalação oficial do conselho, que eu gostaria de fazer ainda em junho, mas com a Copa provavelmente deve ficar para agosto. A ideia é dar a agenda para eles mesmos, o que eles sugerirem fazer, mas acredito que há muitos temas a serem discutidos. Acho que a opção pela conciliação, a experiência dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania. Um centro equivale a nove varas. É uma economia considerável para a sociedade, que sustenta o Judiciário. Temos que disseminar essa prática.

### ● Há resistência interna?

Acho que o grande passo que esta gestão pode dar é a conscientização da sociedade em relação a um serviço público. Judiciário sempre foi mais considerado expressão da soberania estatal, um Poder da República que deve conviver em harmonia e de forma independente com os demais Poderes do que como serviço público. Essa expressão "serviço público" ainda causa um pouco de resistência entre os mais conservadores, e é muito difícil o magistrado que é recrutado depois de um concurso severíssimo, uma corrida de obstáculos com milhares de concorrentes, assimilar isso.

22 JUN 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

### Caras e bocas

### Quem está preso tem pressa

**LUIS ROBERTO BARROSO**, ministro do STF e novo relator dos processos da AP 470, ao dizer que pretende incluir os casos do mensalão na pauta na próxima semana, última sessão do tribunal antes do recesso de julho

### SÔNIA RACY

#### Sem estresse?

Para evitar discussões futuras, está crescendo o número de casais que preferem escolher o regime de bens mesmo antes de... subir ao altar. Pelo menos em São Paulo.

Levantamento no Estado mostra que passou de 8,8 mil, em 2012, para 10,1 mil, em 2013, o total de escrituras desse tipo em cartórios de notas (o chamado pacto antenupcial). Aumento de 14,5%.

### JOÃO BOSCO RABELLO

#### Ficha suja

A advocacia de Brasília dá como certa a condenação do ex-governador José Roberto Arruda pelo Tribunal de Justiça do DF na próxima quarta-feira, inviabilizando sua candidatura ao governo. E, por extensão, de Jacqueline Roriz, sua vice, também ré no mesmo processo por improbidade administrativa.

21 JUN 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

# O custo do funcionalismo público

**M**esmo sujeitos a riscos menores do que os enfrentados pelos empregados do setor privado e dispondo de benefícios previdenciários bem maiores, como a aposentadoria integral (para os admitidos antes da vigência do novo regime adotado pelo serviço público federal), os servidores federais têm, em média, remuneração mensal equivalente a praticamente quatro vezes o salário médio recebido pelos trabalhadores das seis principais regiões metropolitanas do País. Os contribuintes pagam caro para manter funcionários públicos bem remunerados, mas em troca obtêm serviços insuficientes ou de baixa qualidade em áreas como saúde, segurança e educação.

Estudo da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), com base nos boletins e relatórios de pessoal do setor público, constatou que, no ano passado, os gastos da União com servidores civis e militares ativos alcançaram R\$ 130 bilhões. Em média, cada servidor ativo custou aos cofres públicos R\$ 7.732 por mês. Essa remuneração equivale a 3,93 vezes o rendimento médio real habitualmente recebido pelos trabalhadores do setor privado em atividade, de R\$ 1.966, de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente a dezembro de 2013.

A PME abrange as seis principais regiões metropolitanas do País, que, por suas características e seu papel de polo regional, abrigam importantes unidades do governo federal. Em uma delas, o Rio de Janeiro, que já foi capital do País, ainda é grande o número de funcionários da União. Excluídos os servidores federais do cálculo da renda real dos trabalhadores dessas regiões metropolitanas, o valor médio certamente diminuiria, o que faria crescer a relação entre o vencimento dos funcionários federais e o salário dos demais trabalhadores.

Desde que o PT chegou ao poder, em 2003, cresceu rapidamente o número de funcionários públicos, que sempre estiveram entre os principais apoiadores dos candidatos petistas. Além disso, sob a argumentação – em alguns casos procedentes – de corrigir distorções salariais, o governo concedeu aumentos específicos para servidores de diversas carreiras do serviço público. Essa prática gerou pressões sobre o governo petista, pois funcionários de outras carreiras queriam benefícios semelhantes aos que haviam sido concedidos.

É possível que algumas carreiras, sobretudo as que exigem maior grau de escolaridade, não tenham sido contempladas pela generosidade com que o governo petista trata o funcionalismo. Mesmo essas, porém, contam com benefícios da aposentadoria, de modo que, ao longo do tempo, o que os servidores eventualmente re-

ceberam menos do que os profissionais da iniciativa privada será mais do que compensado.

Distorcido em relação ao setor privado, o sistema de remuneração da União trata de maneira desigual os servidores dos diferentes Poderes. Enquanto a remuneração mensal média dos servidores civis do Executivo é de R\$ 8.465 e a dos militares, R\$ 3.514; os do Ministério Público da União ganham em média R\$ 13.034; os do Judiciário, R\$ 13.575; e os do Legislativo, R\$ 14.721.

Mesmo no Executivo há desigualdades e distorções. Embora não preste tantos serviços ao público como o Ministério da Saúde – que tem a responsabilidade de executar programas que exigem trato direto com quase toda a população –, o Ministério da Fazenda gasta mais com pessoal. Fica com 13,69% do total do orçamento de pessoal do Executivo, enquanto o da Saúde consome 13,66%.

Em termos porcentuais a diferença é pequena, mas, dada a natureza do trabalho de cada um desses Ministérios, o da Fazenda tem um quadro bem menor de servidores. Assim, enquanto a remuneração média do funcionário lotado da Fazenda é de cerca de R\$ 14 mil por mês, o do Ministério da Saúde ganha, em média, cerca de R\$ 6 mil, menos da metade.

Diante dessa disparidade de gastos, é difícil de acreditar nas declarações da presidente Dilma Rousseff de que a saúde do brasileiro é uma das prioridades de seu governo.

21 JUN 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

### Estudante é indenizado por acidente na escola

O Tribunal de Justiça de São Paulo determinou ontem que o Estado indenize por danos morais um estudante da rede pública de ensino que se acidentou dentro de uma escola em Guarulhos. Ele se encontrava no pátio do colégio, durante a aula de Educação Física, quando colidiu contra uma porta de vidro no momento em que tentava rebater uma bola. No choque, sofreu lesões no pulso direito.

### Governo registra 3,8 mil denúncias em 1 mês

Cerca de 3,8 mil denúncias de violações de direitos das crianças e adolescentes foram registradas pelo governo federal desde o dia 18 do mês passado, quando se intensificou uma campanha em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). O balanço foi divulgado ontem pelo órgão, mas somente na próxima semana será possível detalhar as denúncias apresentadas.



23 JUN 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

# A Operação Athos da PF

**A** extensa folha corrida de um magistrado de primeira instância de Juiz de Fora, cuja prisão preventiva por tempo indeterminado foi decretada pelo órgão especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, retrata a inépcia das corregedorias judiciais. Fossem elas menos corporativas e mais ágeis e rigorosas no cumprimento de suas funções fiscalizadoras, esse magistrado já teria sido punido há muito tempo e certamente não estaria integrando os quadros da Justiça estadual mineira.

Titular de uma das Varas de Execuções Criminais em Juiz de Fora, o juiz Amaury de Lima e Souza dias antes havia sido preso em flagrante por porte ilegal de armamento e levado à Superintendência da Polícia Federal (PF), em Belo Horizonte. Em sua casa de campo, foram encontrados armas de uso restrito, munição e explosivos. Ele também é acusado de fazer tráfico de influência na Justiça Criminal mineira e cobrar propina para favorecer traficantes de drogas. Por duas vezes determinou a libertação de José Severino da Silva, o *Cabecinha*, um dos líderes da quadrilha que assaltou o cofre do Banco Central em Fortaleza, em 2005, levando R\$ 164,7 milhões, no maior assalto da história do País e o segundo maior roubo a banco do mundo.

O envolvimento do magistrado com a quadrilha foi descoberto pela Polícia Federal du-

rantê a Operação Athos. Executada por 250 agentes, que cumpriram 38 mandados de busca e apreensão e 9 conduções coercitivas (quando a pessoa é levada para prestar esclarecimentos), ela foi deflagrada com o objetivo de desmantelar quadrilhas especializadas em tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e fraudes bancárias nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Só em Juiz de Fora foram presas 12 pessoas – entre elas empresários, advogados e um sargento da Polícia Militar mineira. Todos são acusados de integrar um esquema de transporte de maconha e cocaína da Bolívia e do Paraguai para o interior de São Paulo, por avião, e de distribuí-las nas cidades da Região Sudeste.

Para os responsáveis pela Operação Athos, o juiz Amaury de Lima e Souza seria o chefe do núcleo jurídico da quadrilha, que movimentaria cerca de R\$ 120 milhões por ano. Sob sua orientação, ela fazia lavagem de dinheiro nas cidades da Zona da Mata, em Minas Gerais, negociando imóveis e adquirindo automóveis de luxo, caminhões e aeronaves de pequeno porte. A pedido da Polícia Federal, no início deste mês a Justiça determinou a apreensão de 14 veículos, 5 aeronaves, 4 lanchas e 11 imóveis que estavam em nome dos líderes da quadrilha ou de “laranjas”, num total de R\$ 70 milhões.

O magistrado também é acu-

sado de orientar a advogada da quadrilha, Andrea Elizabeth Leão Rodrigues, a forjar documentos que permitissem a transferência de traficantes presos em outros Estados para Juiz de Fora. Alegando que os familiares dos acusados haviam mudado de Estado, ela apresentava atestados falsos e, uma vez transferidos para essa cidade, os processos eram remetidos para a Vara de Execuções Criminais, da qual o titular era o juiz Amaury de Lima e Souza. Decidindo também com base em documentos forjados, ele autorizava a conversão do regime fechado para o semiaberto, o que possibilitava a fuga de criminosos de alta periculosidade. Vários integrantes da quadrilha que assaltou o Banco Central fugiram graças a esse expediente.

Assim que foi informado da prisão em flagrante do juiz Amaury de Lima e Souza, o órgão especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais reuniu-se em sessão extraordinária, autorizou a abertura de uma investigação administrativa, determinou a prisão preventiva do acusado e distribuiu nota oficial, afirmando que está cumprindo rigorosamente a Lei Orgânica da Magistratura. A Corte cumpriu seu papel rigorosamente, fazendo tudo o que dela se poderia esperar. Mas, se as corregedorias judiciais fossem mais eficientes, magistrados corruptos não teriam ido tão longe, a ponto de se tornarem assessores jurídicos e cúmplices do crime organizado.

23 JUN 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

### A ética dos invasores

**E**mbora independentes e ocorridos a uma distância de mais de 2,1 mil quilômetros entre eles, dois acontecimentos mostram como a escalada de invasões de propriedades públicas e privadas nas grandes capitais e a execução de ações de reintegração de posse determinada pela Justiça vêm comprometendo a segurança pública e pondo em risco a integridade física dos cidadãos.

O primeiro acontecimento – que teve ampla cobertura da imprensa – foi o confronto, no Cais José Estelita, no Recife, entre os invasores de um terreno de 100 mil metros quadrados no centro histórico da cidade e a tropa de choque da Polícia Militar (PM), que havia recebido ordem expedida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco para retirá-los do local. A área estava deteriorada e foi adquirida por um consórcio de construtoras que lançou um programa para recuperá-la, com a construção de torres empresariais, edifícios residenciais, hotéis, biblioteca, jardins e ciclovias.

Alegando que o projeto descharacterizará o centro histórico, ativistas de movimentos sociais, ONGs e “coletivos” a ocuparam há um mês. E, além de impedir a entrada de máquinas e equipamentos, não acataram a ordem judicial para deixar a área. O resultado foi uma batalha campal, com ônibus e automóveis apedrejados, da qual saíram feridos vários manifestantes e turistas que passavam

pelo local, para participar de um evento da Copa do Mundo. Em nota, o governo pernambucano alegou que a ação da PM teve amparo legal e a tropa de choque foi obrigada a responder, com energia, às agressões dos manifestantes. Já os micro-partidos de esquerda radical e os movimentos sociais conseguiram as fotos de que precisavam para “denunciar” a violência policial e acusar o Executivo e o Judiciário de estarem a serviço da iniciativa privada.

O segundo acontecimento – que mereceu pouco destaque por parte da imprensa – ocorreu no centro de São Paulo, no antigo prédio do Othon Palace Hotel, situado ao lado da sede da Prefeitura. O edifício, que tem 24 andares e vinha sendo reformado para abrigar a Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, foi invadido há algumas semanas pelo Movimento da Luta pela Moradia Digna (MLMD). A iniciativa foi tomada com o objetivo de pressionar a Prefeitura a passar os integrantes da entidade na frente das pessoas que já estão cadastradas na lista de espera dos programas de habitação.

Apesar de as autoridades municipais terem impetrado um pedido de reintegração de posse no Tribunal de Justiça, os invasores estão procurando criar uma situação de fato. A ideia é dificultar ao máximo a execução de uma ordem judicial e gerar outro desgastante confronto com a PM, possibilitando mais fotos que possam ser utili-

zadas para denunciar a “violência policial”. Para tanto, os coordenadores do MLMD instalaram cerca de 500 famílias no local, ignorando os riscos à saúde, já que o prédio havia passado por dedetização e desratização dias antes da invasão. E também tentaram entrar com móveis, eletrodomésticos e botijões de gás. Se não fossem impedidos pela Guarda Civil Metropolitana, a área teria se convertido num potencial foco de incêndio, potencializado pela antiguidade da fiação, numa área com muitos prédios carentes de manutenção.

A exemplo do que ocorreu na desocupação do Cais José Estelita, no Recife, os invasores do prédio do antigo Othon Palace Hotel também recorreram ao surrado argumento invocado pelos movimentos sociais nessas ocasiões, alegando que as autoridades policiais se recusaram a negociar. “Eles dizem que tem risco lá dentro. Mas, e na rua, não tem? Na rua acontece de tudo”, disse, alheia às graves consequências que um eventual incêndio ou explosão poderia causar, uma invasora que mora no local com o marido e um filho de apenas cinco anos.

Para os coordenadores desses movimentos sociais, os fins justificam quaisquer meios. Além de afrontar acintosamente a ordem pública e o império da lei, eles põem em risco a vida das pessoas que manipulam como marionetes, ameaçando a segurança da população. Essa é a ética dos líderes de invasões.

21 JUN 2014

» FIANÇA

GAZETA DO POVO

# Coordenador-geral do TC é solto em Curitiba

Luiz Bernardo Dias Costa estava preso desde quarta-feira sob suspeita de fraudar licitação para obra de prédio no Centro Cívico

Laura Beal Bordin,  
especial para a Gazeta do Povo

O coordenador-geral do Tribunal de Contas (TC) do Paraná, Luiz Bernardo Dias Costa, foi solto no final da tarde de ontem em Curitiba mediante pagamento de fiança no valor de R\$ 18 mil. De acordo com o advogado de Costa, Roberto Brzezinski, o coordenador foi solto após concordar com a condição de se afastar temporariamente de suas funções no tribunal. Os outros cinco suspeitos continuam detidos.

Costa foi preso na quarta-feira em operação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), órgão vinculado ao Ministério Público Estadual (MP). Costa teria sido flagrado recebendo R\$ 200 mil do proprietário da Sial Engenharia e Construção, Edenilso Rossi, que também foi preso na operação. A empresa foi a vencedora da licitação para executar a obra do prédio anexo ao TC no Centro Cívico de Curitiba pelo valor de R\$ 36,4 milhões.

Depois da acusação do Gaeco de fraude no processo licitatório, o TC suspendeu a licitação até que sejam apuradas as suspeitas. O tribunal ainda afirmou em nota que as obras não haviam sido iniciadas e que nenhum recurso público foi repassado à construtora.

Além de Costa e Rossi, outras quatro pessoas foram presas pelo Gaeco. O filho de Rossi, um funcionário do departamento financeiro da construtora e o ex-deputado estadual e ex-funcionário do TC David Cheriegate. Também foi presa uma pessoa que teria vínculo com o ex-funcionário.

Na quinta-feira, o Gaeco efetuou mais cinco mandados de conduções coercitivas de funcionários do TC,

que foram levados a prestar depoimento sobre o caso, mesmo contra a vontade. O órgão não forneceu mais informações, já que o caso corre sob sigilo de Justiça.

Colaborou Diego Ribeiro.

R\$ 18  
MIL

foi o valor da fiança paga ontem por Dias Costa para poder sair da detenção

R\$ 200  
MIL

é o valor que o coordenador-geral do TC teria recebido como propina da construtora Sial, segundo o Gaeco.

R\$ 36,4  
MILHÕES

foi o valor apresentado pela Sial na licitação para construir o anexo do TC.



Dias Costa: coordenador-geral do TC teve de se afastar de suas funções para ser liberado de prisão.

21 JUN 2014

# GAZETA DO POVO

## Controvérsia jurídica

Levar a decisão sobre o trabalho dos mensaleiros ao plenário do STF poderá colocar um ponto final à controvérsia sobre o modo de a Justiça proceder em casos similares

**F**altam agora poucos dias para que o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, passe a figurar no passado histórico da instituição que o tornou uma celebridade mesmo entre pessoas que nunca acompanharam de perto o Poder Judiciário. Há um mês, Barbosa anunciou a antecipação de sua aposentadoria da carreira de magistrado para este fim de junho, o que o faz renunciar ao mandato de presidente do STF e, em consequência do conjunto da obra, deixar também a relatoria da Ação Penal 470, o mensalão — função que exerceu com grande rigor. Foi nesta condição que, monocraticamente (isto é, sem consultas ao plenário da corte), tomou recentemente várias medidas para cercar direitos que os condenados pleiteavam, incluindo o de ter um emprego a que pudessem se dedicar durante o dia.

Com o afastamento de Barbosa, os recursos impetrados pelos mensaleiros ganharam um novo relator, o ministro Luís Roberto Barroso, cuja visão a respeito dos fatos que levaram à condenação uma pena de corruptos tem sido muito diferente que a de seu antecessor. Ele já se manifestou pesaroso, por exemplo, de votar pela condenação de José Genoíno, “um homem que participou da resistência à ditadura no Brasil, em um tempo em que isto exigia abnegação e envolvia muitos riscos”, disse ele, para acrescentar: “Lamento condenar alguém que participou da reconstrução democrática do país” e que “jamais lucrou financeiramente com a política”. Também foi ele quem chegou a insinuar que os ministros do STF haviam, de propósito, imposto penas severas aos mensaleiros apenas para impedir a prescrição dos crimes pelos quais eram julgados.

Dadas as declarações anteriores de Barroso, a substituição pode preocupar aqueles que temem uma possível guinada na direção da impunidade, mas na realidade o efeito da troca de relator, com as condenações já definidas, é mais restrito. Talvez a questão do trabalho dos condenados seja a mais importante das pendências no momento. Condenados à prisão em regime semiaberto têm direito a trabalhar fora durante o dia e voltar à noite para dormir na prisão? Pela jurisprudência fixada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), segundo a qual os condenados a regime semiaberto têm o direito de gozar imediatamente do benefício, sim. Mas para Barbosa, tal direito só deveria ser concedido após o cumprimento de parte da pena em regime fechado, como prevê a Lei de Execução Penal. Em razão desse entendimento, ele negou sistematicamente a concessão do benefício a alguns dos mais notórios réus do processo, como o ex-chefe da Casa Civil José Dirceu, o ex-presidente do PT e ex-deputado José Genoíno e o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares.

Agora, com a relatoria do processo do mensalão a cargo de Barbosa, pode-se chegar a outra decisão. É de Barroso a justa afirmação de que “preso tem pressa”, o que poderia levá-lo a decidir rápida e monocraticamente sobre o caso e de acordo com seu particular entendimento jurídico. Mas ele parece preferir que o plenário do STF o faça, desde que consiga incluir o processo na pauta da última sessão que a corte fará antes do início do recesso de julho.

Como já discutimos neste espaço, se a jurisprudência do STJ era a adotada desde 1999 para casos de presos em regime semiaberto, não seria razoável que justamente no caso dos mensaleiros se deixasse de aplicá-la. Se a Justiça pretende ser isonômica não pode escolher a quem aplica as penas e nem a quem concede os benefícios da lei. Mas como ainda restam controvérsias jurídicas sobre o assunto, talvez a ideia de Barroso de recorrer ao plenário do STF seja a melhor opção, colocando definitivo ponto final quanto ao modo como deve proceder a Justiça em casos similares.

# GAZETA DO POVO

» INFÂNCIA

## Violações de direitos chegam a

### 3,8 mil

21 JUN 2014

¶ Cerca de 3,8 mil denúncias de violações de direitos das crianças e adolescentes foram feitas desde 18 de maio, mês em que se intensificou a campanha do governo brasileiro e do Unicef. O balanço foi divulgado ontem pelo Unicef. Os dados sobre os tipos de denúncia só poderão ser fornecidos na semana que vem, segundo a entidade. As informações são da Agência Brasil.

O Unicef já adiantou que, segundo os dados da Copa das Confederações e do Carnaval deste ano, o trabalho infantil supera o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes em números de denúncias. Para Casemira Benge, chefe do Programa de Proteção à Criança no Brasil, apesar do grande número de denúncias é preciso sensibilizar mais o brasileiro sobre a ilegalidade do trabalho infantil. “Estamos preocupados com a naturalização do trabalho infantil. Você sai à rua e vê uma criança vendendo algo. As pessoas olham isso com certa naturalidade, acham que é comum e que podem aceitar.”

Conforme dados do IBGE, 3 milhões de jovens de 10 a 17 anos trabalham no país. Além do Disque 100, que atende denúncias de violações de direitos humanos, há o aplicativo Proteja Brasil, que já foi baixado por 30 mil pessoas. A meta é chegar a 50 mil downloads até o fim da Copa.

# GAZETA DO POVO

» DIREITOS HUMANOS

## **Governo vai criar o Disque Racismo**

21 JUN 2014

O governo federal vai criar um serviço para receber denúncias sobre o crime de racismo, o Disque Igualdade Racial. O anúncio foi feito ontem pela ministra chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Luiza Bairros, durante entrevista coletiva no Centro Aberto de Mídia, em Copacabana, zona sul do Rio. As informações são da Agência Brasil.

As ligações poderão ser feitas para o número 138 e todas as denúncias de racismo serão encaminhadas para a notificação das autoridades responsáveis pela solução do caso. Luiza Bairros disse que o serviço estará disponível nos próximos meses, mas não informou a data exata.

A ministra disse ainda que o governo está analisando com autoridades e setores da sociedade a criação de uma rede institucional para atendimento às vítimas de racismo e para incentivo às denúncias. A rede inclui, entre outros, o Ministério Público, a Defensoria Pública e organizações da sociedade civil.

O ex-árbitro de futebol Márcio Chagas da Silva, que foi vítima de racismo em março deste ano, durante um jogo do campeonato gaúcho, também participou da entrevista. Ele disse que "quem xinga não consegue dimensionar o quanto fere o ser humano".

Embora ainda não haja um balanço dos dados, Luiza Bairros disse que, nesta Copa do Mundo, o racismo tem aparecido mais pela internet. Para ela, a mudança é um reflexo da campanha "Copa Sem Racismo". Segundo a ministra, o registro de casos de discriminação está aumentando porque este tipo de manifestação deixou de ser considerado como natural.

21 JUN 2014

GAZETA DO POVO



# Requião vence aliados de Richa e será candidato ao governo

O PMDB do Paraná decidiu ontem lançar o senador Roberto Requião como candidato ao governo do estado. A convenção do partido foi marcada por confusões e brigas entre defensores de candidatura própria e aliados do governador Beto Richa (PSDB). Em busca de seu quarto mandato, Requião deverá formar um segundo palanque no estado para a presidente Dilma Rousseff, que tem apoio também da senadora petista Gleisi Hoffmann. O suplente de deputado federal Marcelo Almeida vai concorrer ao Senado. O nome do vice na chapa requianista será definido até o fim do mês.

**"Reconheço o constrangimento no rosto daqueles que sabem que fizeram a escolha errada."**

Roberto Requião (PMDB), candidato ao governo do estado.

**"Venceu a dignidade e as bases do PMDB. Sempre acreditei num PMDB que não se vende."**

Roberto Requião, no Twitter.

**"A reconciliação tem que partir do vencedor. Se o Requião quiser unidade, terá que construí-la."**

Orlando Pessuti, defensor de aliança com Beto Richa.

21 JUN 2014

# GAZETA DO POVO

## Rachado, PMDB escolhe Requião para disputar o governo do Paraná

Decisão define o cenário eleitoral no estado e surpreende os que contavam como certa a aliança do partido com o tucano Beto Richa.

*Katna Baran, Chico Marés, Angieli Maros e Carolina Pompeo, especial para a Gazeta do Povo*

Por uma diferença de 69 votos, o PMDB do Paraná decidiu ontem lançar o senador Roberto Requião como candidato ao governo do estado. A posição do partido era considerada peça-chave para definir o cenário eleitoral no estado e afeta, principalmente, a candidatura do governador Beto Richa (PSDB). O grupo de Richa dava como certa a aliança com os peemedebistas.

O grupo do PMDB que defendia coligação com os tucanos recebeu 250 votos, já Requião conseguiu 319. Houve ainda quatro votos nulos e um em branco. Com a votação, Requião derrotou a opção defendida pela maior parte dos deputados estaduais, pela direção do partido e pelo ex-governador Orlando Pessuti. A legenda vai agora formar um se-

gundo palanque no estado para a presidente Dilma Rousseff (PT), que também conta com o apoio da senadora e pré-candidata ao governo do Paraná Gleisi Hoffmann (PT).

O clima da convenção foi tenso, marcado por brigas entre os grupos pró-Requião e os defensores da coligação com os tucanos (veja mais na próxima página). Com a decisão, cresce a chance de a eleição ir ao segundo turno.

### Senado e vice

Depois de decidir pela candidatura própria, o PMDB definiu que o suplente de deputado federal Marcelo Almeida será o candidato ao Senado na chapa, mas resolveu adiar para o final do mês a decisão dos candidatos a suplentes de senador e a vice-governador.

Um dos nomes citados a vice na convenção foi o do deputado estadual Gilberto Martin (PMDB), em uma provável chapa pura, mas alianças com outros partidos não estão descartadas. Outro nome cotado é o da deputada federal Rosane Ferreira (PV), que não esconde a pretensão de entrar como vice na chapa, mas acredita ser difícil que o PMDB abra espaço para isso. O partido também deve definir ainda se fará coligações para as eleições proporcionais.

### Discursos

Em discurso durante a convenção, Requião afirmou que Beto Richa foi o pior governador da história do Paraná e criticou também a atuação do PSDB em âmbito nacional, enfatizando que o PMDB não poderia fazer coligação com o partido. "Essa tentativa de coligação vai ser absolutamente malsucedida. Reconheço o constrangimento no rosto daqueles que sabem que fizeram a escolha errada", declarou.

Pessuti também pediu a palavra e enfatizou casos em que Requião teria impossibilitado a candidatura de membros do PMDB. Até o início da semana, o ex-governador também era pré-candidato ao governo pelo partido, mas abriu mão da disputa e decidiu se aliar ao grupo dos parlamentares. Ele declarou que não deve fazer campanha para Requião. "A reconciliação tem que partir do vencedor. Se o Requião quiser unidade partidária, terá que construí-la."

Já o presidente estadual do PMDB, Osmar Serraglio, que fazia parte do grupo favorável à coligação com Richa, amenizou o racha entre os partidários. "É hora de buscar apoios e manter o partido unido em torno da candidatura de Requião", avaliou. Depois do resultado final, Requião discursou novamente e comemorou: "Não fui eu que venci, foi o velho MDB de guerra."

21 JUN 2014

## GAZETA DO POVO

Wilson de  
Araújo Bueno

### **Celebração BT em Belo Horizonte /// Congratamento em Ibatij**

O aniversário de 70 anos de Elizabeth Melo Leste de Athayde, sra. Aristides de Athayde Neto, neste junho, em Belo Horizonte, foi festejado com recepção BT no triplex cobertura de AnnaVitória Leste Motta, sua filha, e Mark Zammit. Ao lado da decantada hospitalidade mineira, do impecável Buffet e música, os convidados, em lista que relacionava a ex-primeira-dama Maria Lucia Cardoso, eram premiados com o belíssimo cenário que se descortinava da capital mineira. Do Paraná, a presença de Rosarinho e desembargador Antonio Loyola, Ligia Leal, Regina Bruni, cirurgião plástico Manoel Athayde, Gastão Cordeiro Filho, Eliana Fadel, Ilse Lambach e seu filho Nelson, Regina de Pauli, Kitty e Jackson Pires, Marcos Trentini, Denise Leal e Freddy Rosa. Em tempo: a aniversariante, de reconhecida elegância em todos aspectos, deslumbrava com modelo azul-escuro da alta costura de Valentino. ///

22 JUN 2014

# GAZETA DO POVO

» TRIBUNAL DE CONTAS

## Vencedora de licitação suspeita não apresentou o menor preço

Empreiteira que venceu o certame propôs construir prédio do TC por R\$ 36,4 milhões. As demais concorrentes foram desclassificadas. Uma fez proposta de R\$ 33,9 milhões

*Euclides Lucas Garcia*

Prevista na modalidade “menor preço”, a licitação para a construção de um novo prédio anexo do Tribunal de Contas do Paraná (TC) desqualificou um dos seis concorrentes justamente por apresentar o menor preço. Ao longo do processo, o TC ainda tirou do certame outros quatro participantes por motivos variados. Com isso, a concorrência ficou restrita a uma única empresa, a Sial Engenharia e Construção, que foi declarada vencedora, com uma proposta de R\$ 36,4 milhões. A empreiteira é suspeita de ter sido beneficiada por uma fraude na concorrência.

Aberta em novembro de 2013, a licitação fixou preço máximo de R\$ 40,8 mi-

lhões. A construtora catariense Espaço Aberto apresentou a menor proposta, de R\$ 33,9 milhões. Mas o TC considerou a oferta inexequível e desqualificou a empresa. Pelos cálculos do tribunal, a empresa teria prejuízo de R\$ 475 mil, pois o custo da obra, incluindo os impostos, seria de pelo menos R\$ 34,3 milhões. A empreiteira também não teria comprovado capacidade de erguer o prédio pelo valor oferecido. Assim, o TC afirmou que, apesar de parecer vantajosa, a proposta poderia acarretar custos adicionais e “atrapalhos de diversas ordens” no médio e longo prazo.

A Lei de Licitações, porém, estabelece dois parâmetros para desqualificar um concorrente que tenha apresentado preços inexequíveis. E a Espaço Aberto não desrespeitou nenhum deles. Um fala em propostas abaixo de 70% do valor do edital — no caso do TC, isso representa R\$ 28,6 milhões. O outro menciona ofertas menores que 70% da média das propostas que forem 50% superiores ao valor do edital — R\$ 26 milhões, portanto. A Espaço Aberto — responsável, por exemplo, por obras nos aeroportos Hercílio Luz (SC) e Salgado Filho (RS), na Assembleia e no TC catarinense — recorreu da desqualifi-

cação na concorrência paranaense, sem sucesso.

### Fora do certame

Na sequência da licitação, o TC desqualificou mais quatro empresas. A Oros Engenharia, por reduzir itens da planilha orçamentária, criando situações em que oferecia, por exemplo, 0,97 gerador e não um. A Rac Engenharia e a Empresa Curitibana de Construção Civil foram eliminadas por não comprovarem experiência técnica de engenheiros civis para determinadas funções e por não fornecerem certidão comprobatória de que já tivessem construído ao menos um prédio de pelo menos nove andares e de 8,6 mil metros quadrados. E a Construtora Damiani, pelos mesmos motivos das últimas duas e também por não comprovar os limites exigidos de índice de liquidez e grau de endividamento.

A Sial também teve problemas em relação à comprovação de experiência técnica de engenheiros civis para fundações e contenções. Mas a empreiteira foi a única que teve o recurso aceito. Dessa forma, foi homologada como vencedora, tendo apresentado proposta de R\$ 36,4 milhões, apenas a terceira mais barata do certame.

**CONTINUA**

22 JUN 2014

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### O CASO

Entenda a licitação do TC que está suspensa por suposta fraude:

- Em novembro de 2013, o TC abriu licitação, na modalidade menor preço, para a construção de um novo anexo. O preço máximo estabelecido era de R\$ 40,8 milhões.
- Seis empresas apresentaram propostas, com valores variando entre R\$ 33,9 milhões e R\$ 39,2 milhões.
- Logo no início, o TC desqualificou a construtora catarinense Espaço Aberto, que havia apresentado a menor proposta, de R\$ 33,9 milhões. A alegação foi de que a oferta era inexequível, pois a empresa teria prejuízo de R\$ 475 mil para tocar a obra, segundo os cálculos do tribunal.

● A Espaço Aberto recorreu da desqualificação, pois sua proposta não se incluía nos parâmetros para preços considerados inexequíveis, conforme a Lei de Licitações. O TC rejeitou o recurso e manteve a exclusão da construtora da concorrência.

● Na sequência do certame, o tribunal desqualificou mais quatro concorrentes por motivos variados: Oros Engenharia, Rac Engenharia, Empresa Curitibana de Construção Civil e Construtora Damiani.

● A Sial Engenharia e Construção também apresentou problemas em relação às exigências do edital, mas recorreu e foi a única a ter os argumentos aceitos pelo TC. A empresa foi homologada como vencedora, com uma proposta de R\$ 36,4 milhões – a terceira mais barata do certame.

● Na última quarta-feira, o proprietário da Sial, Ednilso Rossi, foi preso na sede da empresa, no momento em que teria entregue R\$ 200 mil ao coordenador-geral do TC, Luiz Bernardo Dias Costa. O dinheiro seria o pagamento de propina para que Costa fraudasse, em favor da Sial, a licitação da obra.

R\$ 2,5  
MILHÕES

é a diferença entre a oferta da construtora que apresentou o menor preço e a empreiteira que efetivamente venceu a licitação.

### OUTROLADO

No TC, ninguém atendeu os telefonemas da reportagem na tarde da última sexta-feira para comentar sobre a licitação. O e-mail enviado à assessoria de imprensa do tribunal também não foi respondido. A **Gazeta do Povo** não conseguiu contatar representantes da Sial Engenharia. As empresas Espaço Aberto e Damiani disseram que não iriam comentar o assunto. As outras empreiteiras que participaram da licitação não retornaram aos pedidos de entrevista.

CONTINUA

22 JUN 2014

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## Valor baixo nem sempre é o melhor

**I** Diretora-secretária do Instituto dos Advogados de São Paulo e especialista em Direito Administrativo e Tributário, Raquel Elita Alves Preto afirma ser um equívoco do poder público brasileiro estabelecer concorrências unicamente pelo critério do menor preço. Segundo ela, esse é um método que, na maioria das vezes, deixa de levar em conta a qualidade do serviço que será entregue.

“Será que o melhor é o menor preço ou seria melhor um preço mediano, mas com uma técnica mais moderna, mais eficiente para a prestação do serviço?”, questiona a advogada. “O menor preço é uma coisa que a gente deve usar em tudo na vida, mas na nossa própria vida particular. É preciso entender que, se a proposta mais cara for a melhor para a sociedade, ela deve ser contratada.”

### **Eficiência**

O reflexo disso, explica Raquel, é que a falta de mais especificações para o serviço a ser contratado — afora o critério do menor preço — coloca em último plano o princípio da eficiência, previsto na Constituição. “É evidente que não há como garantir eficiência se o preço não sustenta nem mesmo a manutenção da atividade contratada.”

De acordo com ela, a falta de mais parâmetros no edital também abre brechas para atos arbitrários e unilaterais do poder público nas desqualificações de concorrentes nos processos licitatórios. “O grande problema está na fundamentação, nas provas que o poder público tenha sido capaz de fazer para desqualificar determinadas empresas, deixando claro que elas não atendiam aos requisitos”, afirma. “Mas a administração pública brasileira se revela pouco, o que é péssimo. E a Lei de Licitações colabora para isso. A grande verdade é que o Estado talvez não seja bom contratante em nenhum lugar do mundo, mas o Brasil ficaria em último lugar nesse ranking.” (ELG)

22 JUN 2014

# GAZETA DO POVO

**Coluna  
do leitor**

## **Tribunal de Contas 1**

O caso revelado envolvendo o coordenador do Tribunal de Contas e uma empreiteira que tem contratos milionários nas três esferas do poder é de uma imoralidade tremenda. É inadmissível que uma instituição como o TC, que tem como papel fiscalizar e julgar procedimentos de outros agentes públicos, esteja envolvido em escândalos de corrupção. Ao se locupletar da mesma forma como ocorre com os poderes que fiscaliza, não vejo razão necessária e, principalmente, moral à manutenção de um órgão que vem caindo há tempos no descrédito.

**Marcelo Rebinski**, historiador

## **Tribunal de Contas 2**

Seguramente o melhor caminho para restabelecer a credibilidade na isenção do Tribunal de Contas é o concurso público. A credibilidade nos políticos está abaixo de zero. Os juizes estão se afastando da isenção necessária e estão ficando parciais e onipotentes. Se fossem eleitos periodicamente, zelariam mais por seus nomes, ainda mais se houvesse para eles também uma lei da ficha limpa.

**Francisco Beduschi**

22 JUN 2014

# GAZETA DO POVO

## Notas Políticas

### Juiz suspeito

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu abrir revisão disciplinar no caso de um juiz paranaense acusado de presenciar atos de tortura cometido por policiais. A denúncia é de que o juiz teria se omitido quando policiais torturaram um suspeito de roubar armas de sua casa. O Tribunal de Justiça do Paraná havia decidido arquivar o caso alegando que o exame não comprovou a tortura, mas o CNJ diz que o teste foi feito 11 dias depois, o que pode invalidar a prova.

### Mais CNJ

Outra decisão do CNJ também afeta diretamente o Paraná. O conselho decidiu que o Judiciário não deveria ter usado o critério de idade para escolher quem ficaria como titular do 6º Cartório de Protestos de Curitiba. O TJ disse que usou esse critério em função de regra do Estatuto do Idoso, mas o CNJ afirma que a legislação não se aplica ao caso.

## Reinaldo Bessa

### Diploma a Dotti

O advogado e professor René Dotti foi convidado pela OAB-SP para proferir a conferência "A liberdade do Habeas Corpus e a resistência do Poder Judiciário" no congresso sobre Direito Penal e Direito Processual Penal realizado em São Paulo. Ao final, ele recebeu da entidade a Láurea de Homenagem "por sua dedicação em defesa dos ideais maiores da advocacia e dos direitos humanos", conforme consta no diploma.

# Obras no Judiciário e órgãos de controle têm histórico de suspeitas

**Irregularidades ocorridas no país causaram prejuízos aos cofres públicos. No Paraná, Ministério Público apura suspeita de fraude em licitação do Tribunal de Contas**

Guilherme Voitch

A prisão temporária de seis pessoas e a suspeita de que a licitação para a construção de um anexo ao prédio do Tribunal de Contas do Paraná (TC) em Curitiba tenha sido fraudada retomou uma "tradição" de denúncias de irregularidades em obras do Judiciário e órgãos de controle do Brasil. O episódio mais emblemático é a construção do Fórum da Justiça do Trabalho de São Paulo, na década de 90. A obra teria sido superfaturada em um esquema que envolveu o ex-juiz do trabalho Nicolau dos Santos Neto, o Lalau, e o ex-senador e empreiteiro Luis Estevão.

Segundo o Ministério Público, o esquema em São Paulo causou prejuízo de R\$ 1,2 bilhão para os cofres públicos. Lalau foi condenado e cumpriu pena de 14 anos em regime fechado,

deixando a cadeia no começo de junho, graças a um decreto que beneficiou condenados com mais de 70 anos. Estevão também foi condenado, chegou ser preso duas vezes, mas acabou deixando a cadeia graças a recursos obtidos por seus advogados.

De lá para cá, surgiram outros exemplos de licitações e obras problemáticas no Paraná (veja abaixo nesta página) e no Brasil. No mês passado, a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) anulou licitação para a construção de uma nova sede do órgão. Entre as irregularidades encontradas estavam preço excessivo na licitação de R\$ 8,7 milhões, deficiências no projeto e falta de licença do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Agora, no episódio mais recente, envolvendo o TC paranaense, o Ministério Público estadual apura se a empresa Sial Engenharia e Construção foi beneficiada na licitação para construção do anexo. O coordenador-geral do TC, Luiz Bernardo Dias Costa, foi preso no momento em que teria recebido R\$ 200 mil do proprietário da Sial, Edenilso Rossi. Segundo o MP, o dinheiro seria pagamento de propina. Dias Costa foi solto na última sexta-feira mediante pagamento de fiança.

## Investigação

Outras cinco pessoas foram presas sob a suspeita de envolvimento no caso. O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) não pediu a renovação das prisões temporárias e a partir da meia-noite de ontem o proprietário da Sial, Edenilso Rossi, o filho dele, um funcionário do departamento financeiro da construtora e o ex-deputado estadual e ex-funcionário do TC David Cherigate poderiam ser liberados da Penitenciária Estadual de Piraquara 2. Os cinco haviam feito um pedido de revogação da temporária, o que foi negado pela justiça.

Colaborou: Diego Ribeiro.

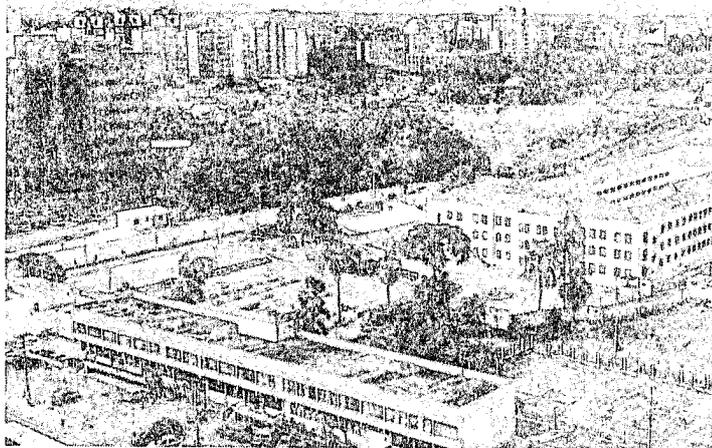
## R\$ 1,2 BILHÃO

é o valor do prejuízo estimado pelo Ministério Público no caso da construção do Fórum da Justiça do Trabalho de São Paulo na década de 1990.

## CONTINUA

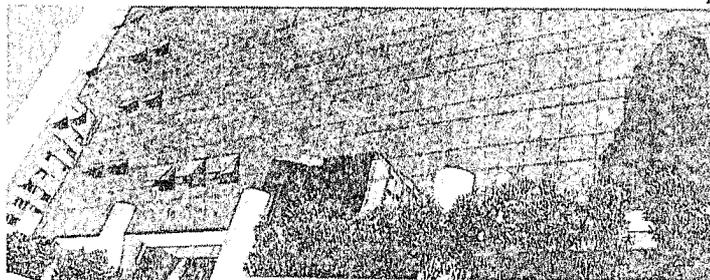
## LICITAÇÃO SUSPensa DO FÓRUM CÍVEL

A licitação da primeira fase das obras do novo Fórum Cível de Curitiba foi suspensa liminarmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2012, por suspeita de favorecimento na concorrência pública. O Fórum, que seria construído no terreno da antiga **Penitenciária do Ahú (foto)**, é uma demanda antiga da advocacia paranaense. A obra custaria quase R\$ 60 milhões. O Tribunal de Justiça se comprometeu a reavaliar a obra. A ideia de um novo fórum, no entanto, perdeu força com o aluguel de um imóvel na Mateus Leme, para receber parte das varas cíveis da cidade.



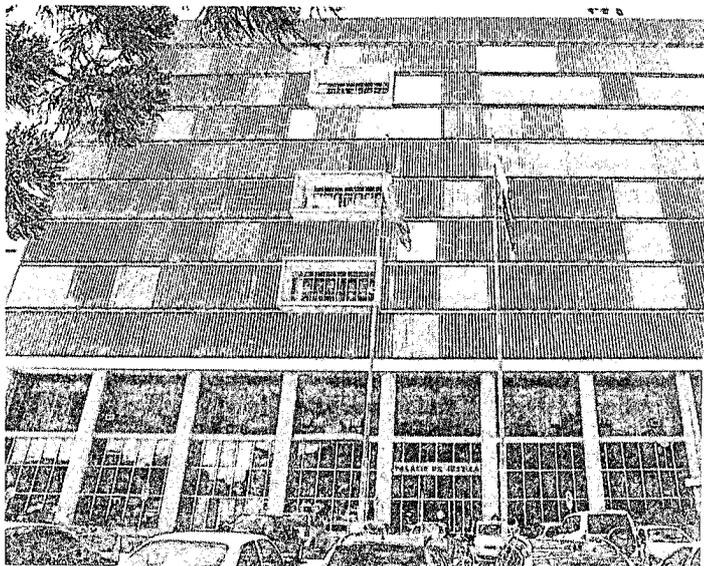
## PROBLEMAS TÉCNICOS EM CONSTRUÇÃO

A construção do prédio **anexo do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) (foto)**, concluída em 2005, também levantou uma série de dúvidas. Depois de uma auditoria, o Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que não houve superfaturamento na construção. O laudo técnico, no entanto, apontou irregularidades como "a execução de serviços sem cobertura contratual e o adiantamento de pagamentos em descompasso com o cronograma físico [de andamento da obra]". O documento também indicou problemas técnicos na construção.



## PARECERES IGNORADOS EM REFORMA DO TJ

A mais recente polêmica envolvendo imóveis do TJ diz respeito à reforma do **Palácio da Justiça (foto)**. A licitação da reforma, orçada pelo preço máximo de R\$ 79,6 milhões, chegou a ser cancelada pelo presidente interino do TJ, Paulo Vasconcelos. Reportagem da **Gazeta do Povo** revelou que o ex-presidente Clayton Camargo ignorou pareceres técnicos do Departamento de Engenharia do TJ na formatação da licitação. Em seu último ato como presidente, Camargo retomou o processo. Ao assumir a presidência do TJ no fim de 2013, o desembargador Guilherme Gomes afirmou que iria consultar o corpo técnico do TJ e depois levaria o assunto para o órgão especial do tribunal. A obra não foi retomada.



23 JUN 2014

# GAZETA DO POVO

## Cresce 89%

### o gasto com

# remédio obtido

# na Justiça

Índice se refere às ações decididas entre 2011 e 2013. Os pedidos para que o SUS cubra custos com medicamentos vêm aumentando

*Rosana Félix*

É nos tribunais, e não nos hospitais, que milhares de brasileiros têm conseguido algum tipo de alento para suas doenças. O número de pedidos judiciais para obrigar o SUS a fornecer medicamentos tem crescido a cada ano, assim como as condenações. No Paraná, os recursos destinados para cumprir essas ordens judiciais cresceram 89% entre 2011 e 2013, totalizando R\$ 85 milhões no ano passado. A União confirma que os valores também são crescentes, e estima que as ações solicitando remédios e outros tratamentos na qual é ré somam cerca de R\$ 3,93 bilhões atualmente.

Uma situação preocupante é que os gastos com remédios demandados judicialmente estão aumentando em ritmo maior do que o orçamento destinado à saúde. No Paraná, o valor total usado para compra de medicamentos (incluindo os dos processos judiciais) cresceu

64% entre 2011 e 2013, e as despesas empenhadas com a função saúde, 21%. No orçamento federal, os recursos da pasta aumentaram somente 18% no mesmo período (veja os detalhes no gráfico da página seguinte).

Uma das famílias que recorreu ao judiciário neste ano foi a de Sabrina e Gustavo Comar, de Londrina, para garantir a entrega da vacina palivizumabe para o filho, que nasceu prematuro no começo de janeiro e desenvolveu bronquiolite. O remédio já é entregue gratuitamente, mas houve atraso. Cada ampola custa cerca de R\$ 5 mil, e o tratamento dura em torno de seis meses. A União arca com a compra do remédio, e cabe à Secretaria Estadual de Saúde (Sesa) fazer a entrega. Dez dias após acionar a Sesa e não obter retorno, a família decidiu que era hora de recorrer ao judiciário.

Já com os remédios em mãos, Sabrina acompanhou o drama da família do menino Davi Luccas Alves, que morreu em Curitiba em 16 de maio após seis horas de espera por uma vaga na Unidade de Terapia Intensiva (UTI). O menino, também prematuro, aguardava a entrega do palivizumabe, que não ocorreu a tempo. "Não dá para saber se esse menino sobreviveria

com a vacina, mas não dá para tolerar esses atrasos na entrega", diz Sabrina.

Segundo a advogada Renata Farah Pereira de Castro, tanto famílias pobres como ricas buscam a Justiça. "Os juízes têm como parâmetro que os remédios podem consumir até 10% da renda familiar. Isto é, mesmo que uma família tenha renda de R\$ 10 mil ao mês, se tiver que comprar um medicamento que custe R\$ 1,5 mil, a tendência é que consiga isso judicialmente".

## OS 10 REMÉDIOS

mais demandados judicialmente no Paraná, segundo a tese de doutorado de José Gilberto Pereira, são: Rituximabe; Brometo de tiotrópio; Adalimumabe; Ribavirina; Trastuzumabe; Alfapeginterferona 2a; Etanercepte; Infiximabe; Sildenafil; Entecavir.

**CONTINUA**

23 JUN 2014



O bebê de Sabrina e Gustavo nasceu prematuro e só recebeu tratamento a tempo com uma ação judicial.

## Argumento do governo é “fraco”

Para especialistas, não há justificativa para negar medicamentos visto que, muitas vezes, nem o investimento mínimo em saúde é cumprido

Rosana Félix

Os governos municipais, estaduais e federal costumam alegar que não podem fornecer medicamentos de alto custo porque isso acaba prejudicando a gestão da saúde como um todo. Para o procurador de Justiça Marco Antônio Teixeira, esse tipo de argumento não tem sustentação. “Muitos estados, inclusive o Paraná, nem cumprem o investimento mínimo em saúde determinado pela Constituição Federal. Se o Estado não aporta o míni-

mo constitucional na saúde, como vai alegar que um dinheiro destinado à compra de medicamento vai fazer falta?”, diz.

A advogada Renata Farah Pereira de Castro também critica essa estratégia. “Pessoalmente, não entendo como se alega isso, ao mesmo tempo em que há compra de carros de luxo, gastos com propaganda.”

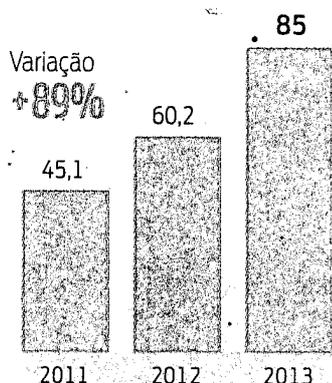
O assessor jurídico da Sesa, Carlos Alexandre Lorga, explica que é dever legal do poder público recorrer judicialmente quando é condenado. “O recurso é um dever legal do Estado. Em todos os casos é preciso recorrer. Não quer dizer que o estado é contra o fornecimento do remédio”, afirma. Segundo ele, o poder público precisa pensar mais no coletivo do que no individual, e por isso há o argumento de que o dinheiro de alguns medicamentos faz falta para a gestão do sistema universal. “Mas esse argumento não tem sido aceito”, reconhece.

CONTINUA

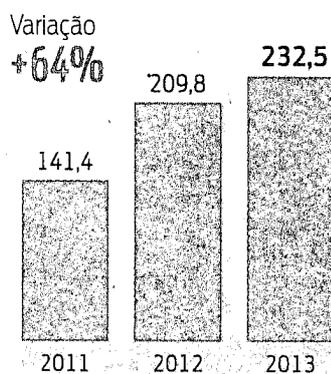
## FARMÁCIA VIA TRIBUNAL

Ano após ano, o Paraná precisa destinar mais recursos para cumprir as determinações judiciais de fornecimento de medicamentos:

**Gastos com demanda judicial**  
Em R\$ milhões



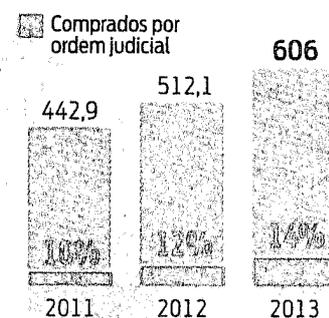
O gasto com demanda judicial tem crescido em ritmo maior do que o gasto com todos os remédios...



# 23 JUN 2014

... mas ainda representam uma parcela pequena do total de medicamentos distribuídos pelo SUS no Paraná:

**Medicamentos distribuídos pelo Cemepar, adquiridos com recursos do SUS (gov. estadual e federal)**  
Em R\$ milhões



Fonte: Redação. Infografia: GP.

## CONSEQUÊNCIAS

### STF debaterá se ações judiciais prejudicam o atendimento universal

Tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) desde 2007 o Recurso Especial nº 566.471, proposto pelo Rio Grande do Norte, a respeito das responsabilidades dos governos estaduais em fornecer medicamentos judicialmente. O processo terá repercussão geral e pretende discutir, segundo o relator, ministro Marco Aurélio, se o atendimento às demandas individuais poderia prejudicar o atendimento

de toda a população. Outros julgamentos anteriores, porém, conduziram o judiciário ao entendimento de que a Constituição Federal, no artigo 196, prevê atendimento pleno da saúde. "O STF já entendeu que não há nenhuma limitação para a prestação dos serviços de saúde. Para o STF, é esse o modelo que o Brasil adotou, e por isso o Estado brasileiro precisa dar conta", explica o assessor jurídico da Sesa Carlos Alexandre Lorga. Com a demora no julgamento, o Conselho Nacional de

Justiça (CNJ) recomendou, ainda em 2010, que todos os estados criassem comitês executivos da saúde com representantes de diversos órgãos e entidades de classe, para discutir temas de relevância. "O CNJ reconhece que a realidade dos estados é diferente, mas que é preciso ao menos organizar como as demandas chegam judicialmente", diz Lorga. No Paraná, o comitê aprovou três recomendações e quatro enunciados (leia mais ao lado) a respeito do tema. (RF)

CONTINUA

23 JUN 2014

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### DIRETRIZES

Conheça os enunciados do Comitê Executivo de Saúde no Paraná sobre o fornecimento de medicamento pelo SUS:

- As ações judiciais devem estar embasadas em prescrições de médicos que atuam no SUS, a não ser em casos excepcionais com a devida justificção;
- Antes do pedido judicial, é preciso requerer o remédio à administração pública, que precisa responder fundamentadamente e em prazo razoável. Sem isso, o Judiciário deve ouvir o gestor público antes de tomar a decisão liminar, mas respeitando a urgência de cada caso.
- A determinação judicial para fornecimento de medicamentos deve seguir a lista de medicamentos com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
- O Judiciário deve levar em conta as competências da União, estados e municípios na gestão do SUS.

23 JUN 2014

# GAZETA DO POVO

## COLUNA DO LEITOR

### **Tribunal de Contas 1**

Se a fraude na licitação do Tribunal de Contas for verdadeira va  
comprovar o quanto as instituições são frágeis e sujeitas à inge-  
rência. O órgão público que deve zelar pelo não desperdício de  
dinheiro se torna vítima. Isso mudará quando todos os cargos  
forem preenchidos por técnicos e não por politiqueros.

Sesaide José de Oliveira

### **Tribunal de Contas 2**

É necessário mudar o sistema de indicação dos conselheiros  
dos tribunais de contas, assim como de todos os desembarga-  
dores dos tribunais de justiça. Não é admissível que a política  
comande os destinos das auditorias das contas e dos proces-  
sos. Veja-se o atual exemplo do TC paranaense. Da mesma for-  
ma o nosso Supremo Tribunal Federal, hoje todo composto por  
membros nomeados pelo governo petista, o maior interessado  
no processo do mensalão. Dificilmente haverá imparcialidade  
no julgamento dos réus.

Luiz Fanchin Jr.

21 JUN 2014

## FOLHA DE LONDRINA

### **Coordenador-geral do TC paga fiança e é solto**

O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná concedeu liberdade provisória, mediante pagamento de fiança, ao coordenador-geral do Tribunal de Contas (TC) do Paraná, Luiz Bernardo Dias Costa. Ele deixou a Penitenciária Estadual do Piraquara 2 por volta das 18 horas de ontem, segundo o advogado Roberto Brzezinski Neto. Ele também ficará afastado do cargo público, mas sem prejuízos aos seus vencimentos. O valor da fiança não foi revelado. Costa foi preso em flagrante na última quarta-feira ao receber R\$ 200 mil do diretor da Sial Engenharia e Construção, Ednilson Rossi. A empresa venceu a licitação para a construção de um anexo à sede do TC, em Curitiba.

(Luís Fernando Wiltemburg/Reportagem Local)

### **LUÍZ GERALDO MAZZA**

#### **Gaeco no TC**

Excluído o caso da super-draga chinesa na gestão Requião, o Tribunal de Contas tem passado ao largo de suspeita em operações externas, da polícia e da justiça federal. A de agora, que investiga fraude em concorrência e que já encanou seis pessoas, entre elas um coordenador geral da instituição, é uma operação do Gaeco, braço direito do Ministério Público estadual. Isso muda a cultura local que sempre foi de harmonia intrapoderes como se vê no caso em apuração no Conselho Nacional de Justiça se houve ou não comprometimento dos três poderes na designação de Fábio Camargo para conselheiro do TC, precedida do acerto do Caixa Único e acesso aos depósitos judiciais.

21 JUN 2014

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME FOLHA

#### **Caso Codej**

O juiz da 4ª Vara Criminal de Londrina, Luiz Valério dos Santos, autorizou a comissão responsável pelo processo administrativo disciplinar (PAD) contra dois servidores do Instituto de Desenvolvimento de Londrina (Codej) a usar informações do inquérito policial, que incluem dados resultantes da quebra de sigilo telefônico. O magistrado mencionou que o entendimento dos tribunais superiores é de que “uma vez realizada a interceptação, as informações colhidas no âmbito criminal podem ser usadas como meio de prova em processo administrativo disciplinar”, mas, ressaltou que “a comissão processante deverá observar, rigorosamente, o sigilo interno no processo administrativo”. Os servidores Eduardo Ivan Reale e José Hilário foram acusados de receber propina em esquema de facilitação de doação de terrenos do município a empresários. Eles já respondem ação criminal.

### CLAUDIO HUMBERTO

#### **Aplausos no Equador**

A ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, do STF, fez palestra ontem na Corte Constitucional do Equador. Na presença de doze presidentes de tribunais constitucionais, falou em espanhol e foi muito aplaudida.

22 JUN 2014

FOLHA DE LONDRINA  
CADEIAS LOTADAS

# Brasil é o terceiro que mais prende no mundo

Ainda que a sensação de impunidade incomode  
muita gente, país já conta com uma população  
carcerária de 711 mil presos

Silvana Leão  
Reportagem Local

**U**m país que prende muito, mas que carrega a fama da impunidade. Assim é o Brasil, dono do terceiro lugar no ranking das maiores populações carcerárias do mundo, segundo o Novo Diagnóstico de Pessoas Presas, levantamento do Conselho Nacional da Justiça (CNJ) que leva em conta, pela primeira vez, os que encontram-se em prisão domiciliar.

Os números foram apresentados no início deste mês e mostram que já temos um contingente de 711.463 presos, o equivalente à soma da população dos municípios de Londrina, Cambé e Ibiporã. Destes, 147.937 estão detidos na própria casa e 563.526 nos presídios.

Ainda de acordo com informações divulgadas pelo CNJ, com base no Banco Nacional de Mandados de Prisão, existem atualmente no País 373.991 mandados de prisão em aberto. Se todos fossem cumpridos, a população carcerária chegaria a quase 1,1 milhão de pessoas.

Dados do Departamento

Penitenciário Nacional (Depen) mostram que a população carcerária não parou de crescer nas últimas décadas. Em 1990 eram 90 mil pessoas detidas em presídios. Um crescimento, portanto, de 526% em 24 anos. O período em que o País viu o aumento mais significativo de presos foi entre os anos de 2002 e 2003, quando o índice passou de 239.345 para 308.304, em um crescimento de 28,8%.

Diante do constante aumento da população encarcerada a sensação é que os investimentos em presídios nunca serão suficientes. Para o professor livre docente da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP-USP), pesquisador do Observatório Nacional do Sistema Prisional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e coordenador do Grupo de Estudos Carcerários Aplicados (Gecap) da USP, Cláudio do Prado Amaral, esta é de fato uma conta que não vai fechar nunca, se não for aperfeiçoada a atual gestão do sistema prisional. Um dos problemas, segundo o professor, é a lentidão dos processos de conces-

são de benefícios, que contribuem para a hiperpopulação carcerária.

“Não se trata de má administração, mas de administração insuficiente, que não coloca em prática as inúmeras ferramentas de gestão prisional.” O maior uso de modernas tecnologias, como as tornozeleiras de monitoramento eletrônico, a desburocratização do sistema e o agrupamento de presos conforme o perfil criminológico são algumas medidas necessárias, segundo Amaral. Ele admite, porém, que tudo acontece muito lentamente em se tratando de pessoas presas, que vivem uma condição de invisibilidade social. “A sociedade não exige mudanças, não reivindica ações do poder público, pois não se vê afetada diretamente pelos problemas.”

**CONTINUA**

Além da necessidade de aperfeiçoamento da gestão, o professor destaca a falta de políticas públicas de ressocialização do preso. "Trata-se de um sistema em que a pessoa fica lá, com aprendizados negativos, dissocializadores. É um castigo que não evita a criminogênese futura do indivíduo", afirma, lembrando que o culto ao materialismo e o imediatismo da sociedade são hoje a principal mola propulsora da prática de crimes.

O pesquisador destaca que as iniciativas com melhores resultados são aquelas que promovem a educação formal e informal dentro da cadeia, assim como o trabalho e a aproximação da família e da sociedade. Como exemplo,

ele cita a experiência das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs) presentes em alguns estados brasileiros. Trata-se de entidade civil, sem fins lucrativos, que procura humanizar as prisões e dedicar-se à recuperação e reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade, por meio da filosofia 'matar o criminoso e salvar o homem'. "Cada estado é um gestor diferente e trabalha a sua maneira, mas o que podemos afirmar é que todos deveriam estar voltados à reintegração social. A hiperpopulação carcerária é consequência de como a gestão dos presídios vem sendo feita."

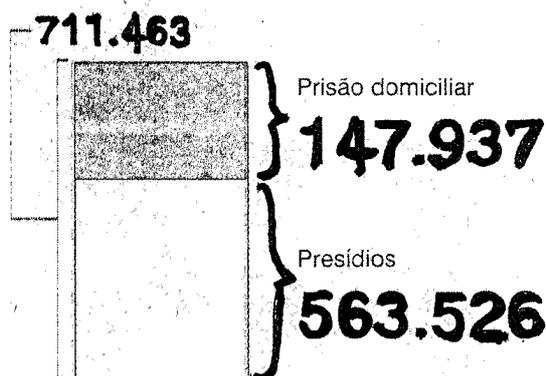
A sensação de impunidade reinante no País, de acordo com o professor, é sazonal e muito relacionada à corrupção, crimes do colarinho branco e atos infracionais (cometidos por adolescentes). A criminalidade urbana e presente no dia a dia, argumenta Amaral, não é geradora desta sensação. "Este é um sentimento mais sociológico e psicológico do que estatístico", constata o coordenador do Gecap, lembrando que o estudo da criminalidade no Brasil ainda é muito precário. A falta de estatísticas, segundo ele, impede que se fale com certeza em impunidade.

*Uma multidão de brasileiros vive no cárcere e, o problema não para de crescer, de acordo com as estatísticas*

## SAIBA MAIS

### Situação do sistema prisional em junho, de acordo com o censo penitenciário

#### POPULAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

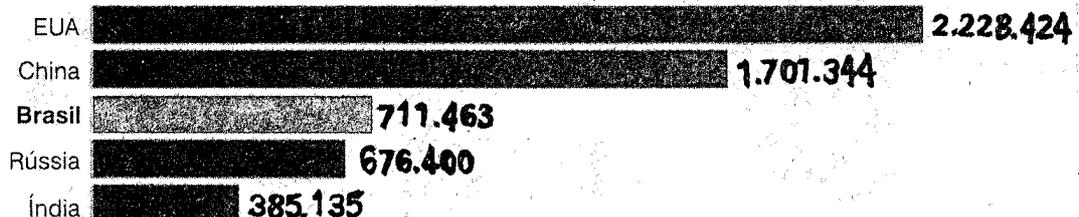


#### Número de mandados de prisão em aberto

**373.991**



#### OS PAÍSES COM MAIOR POPULAÇÃO CARCERÁRIA



22 JUN 2014

FOLHA DE LONDRINA

ELEIÇÕES

# Campanha é o berço da corrupção

Juiz eleitoral maranhense lança livro esta semana no qual explica por que a corrupção tem origem no processo eleitoral



Marlón Reis, juiz de direito e ativista

66

*Recorrer a agiotas é uma prática comum nas eleições para prefeito. A quitação da dívida da agiotagem é feita com as verbas do município*

66

*Hoje os eleitores esperam um donativo do político, quando na verdade o melhor é o político esperar um donativo do eleitor*

CONTINUA

Lúcio Flávio Moura  
*Reportagem Local*

Um dos fundadores do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), organização civil que liderou a campanha pela instituição da Lei da Ficha Limpa no início da década, o juiz tocantinense Marlón Reis, de 44 anos, está mais uma vez sacudindo a política brasileira com o lançamento do livro "O Nobre Deputado" (*Editora Leya, 120 páginas*), reportagem de fôlego que explica a conexão entre o financiamento das campanhas com atos de improbidade que penalizam a sociedade brasileira. Durante seis anos, além de mergulhar em pilhas de processos judiciais, Reis fez dezenas de entrevistas com políticos e assessores de vários Estados para escrever a obra, cujo lançamento está agendado para sexta-feira em São Paulo. O autor deve percorrer o País para promover a obra e suas ideias, entre as quais a principal é a reforma da legislação eleitoral, considerada por ele incapaz de deter a conduta inescrupulosa dos candidatos.

*Por que os esquemas de corrupção começam no processo eleitoral?*

Isso não é generalizado, nem todos firmam compromissos escusos para cumpri-los durante o mandato. Felizmente, aliás. Caso contrário, estaríamos numa situação ainda mais catastrófica. Quero revelar no livro é como agem os maus políticos, as estratégias, as artimanhas para vencer a eleição. E eles existem em todas as esferas.

O Legislativo, contudo, é o que mais me preocupa. Considero este poder o centro da democracia. É o mais importante, muito mais que o Executivo e o Judiciário. Ele é, realmente, o que exerce o poder de representação popular. É ele quem dá o formato final do orçamento, é a última palavra na decisão onde o dinheiro público será gasto. É dele também o papel de fiscalizar, de compor o tribunal de contas. Ou seja, é uma esfera com um poder muito elevado.

*Como é o modus operandi dos candidatos corruptos?*

Narro aspectos consensuais captados nas entrevistas com pessoas que participam da política, que exercem atos concretos, que coordenam campanhas, que exercem mandatos e também com consultas a processos judiciais relacionados. Muitas práticas foram relatadas por quase todas as pessoas ouvidas, sem que umas soubessem das outras: a manipulação de convênios públicos, o desvio de parte destas verbas para finalidade eleitorais, a exigência de "contrapartida" para conseguir recursos através de emendas parlamentares, fraudes em licitações, com combinação prévia entre os concorrentes, as doações de campanhas de grandes empresas encaradas como "empréstimos", pagas depois com a sangria dos cofres públicos durante o mandato.

*Muita gente se surpreendeu com a prática da agiotagem nas campanhas revelada pelo livro?*

Foi algo surpreendente inclusive para mim. Recorrer a agiotas é uma prática comum nas eleições para prefeito. A quitação da dívida da agiotagem é feita com as verbas do município. Isso também respinga nas eleições legislativas porque a base das campanhas para as assembleias legislativas e para a Câmara Federal é a eleição municipal. O apoio nos municípios acaba decidindo as eleições. Se prefeitos e vereadores são eleitos com recursos da agiotagem, eles vão ter que vender o apoio nas eleições legislativas para pagar a dívida. Com isso eles comprometem toda a política e não só a política municipal. Comprometem a formação das assembleias e da Câmara Federal. Eles têm atuação específica no campo político e procuram todos os candidatos com chance de vitória. A taxa de juros - ou melhor a taxa de extorsão - varia de 10 a 20% ao mês, patamar impensável até pelos agiotas convencionais. Estes contraventores pertencem a grupos do crime organizado, violentos, envolvidos até mesmo em assassinatos encomendados.

*Quais são as consequências para a população quando o financiamento de campanha é promovido por empreiteiras inescrupulosas e por agiotas ligados ao crime organizado?*

A principal é a qualidade na prestação dos serviços públicos, afetados pelos desvios, a fonte mais usada para cumprir os "compromissos".

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA 22 JUN 2014

## CONTINUAÇÃO

A prática acarreta problemas graves nos sistemas de saúde, educação, transporte público e na infraestrutura. O caso mais mencionado, por exemplo, é a qualidade do asfalto. O projeto é executado com menos verba, já que parte foi desviada, e a obra é concluída em um nível muito inferior ao projetado. Isso afeta nossas vidas diariamente, a todos, indistintamente.

*Por que os mecanismos de controle de gastos nas campanhas não são eficazes?*

São bons, mas são insuficientes. Precisam mudar muito. É necessário mais transparência. Precisamos de órgãos técnicos dotados de características mais técnicas. Os tribunais de contas evoluíram muito, é verdade. Mas, hegemonicamente, ainda são compostos por critérios políticos. É comum os próprios quadros da política acabarem nestes tribunais. Estes órgãos não são vistos pela sociedade como confiáveis. Sequer existe um controle externo sobre eles. Não precisamos fazer uma revolução. Só precisamos aprimorar os instrumentos de que já dispomos.

*A adoção do voto facultativo poderia melhorar este cenário?*

Sou a favor do voto facultativo mas não no modelo de eleição que temos hoje. Se isso acontecesse, facilitaríamos a vida daqueles que compram votos. Quem comparece às urnas para ganhar dinheiro seria mais facilmente manipulado. Para fazer o negócio, o candidato exigiria o comprovante do voto e iria conferir o resultado daquela

urna. Com a diminuição do número de votantes, seria mais fácil fazer o controle da compra do voto. Precisamos, portanto, adotar algumas regras antes de avançarmos para o voto facultativo.

*O que o senhor acha do financiamento público das campanhas eleitorais?*

Defendo com convicção a proibição das doações empresariais e a adoção de um modelo misto, com uma parte pública, como hoje já ocorre através do fundo partidário, e uma parte com doações de indivíduos de, no máximo, de um salário mínimo. Seria uma forma de invertermos a lógica: hoje os eleitores esperam um donativo do político, quando na verdade o melhor é o político esperar um donativo do eleitor. Assim, eles já sentiriam devedores dos cidadãos antes mesmo de exercer o mandato.

*Há muita tolerância da opinião pública em relação ao atual modelo de campanha eleitoral?*

Muita gente entende que estamos querendo abrir os olhos da sociedade para algo que está acontecendo todos os dias e que tem consumido grande parte dos recursos públicos. Obviamente não são todos os políticos agindo assim, mas não poderia ser nenhum. Estamos falando de uma coisa que é fundamental para o funcionamento da sociedade. Não podemos ceder nenhuma cadeira parlamentar para alguém que faz campanha desta forma. Se fosse só um, já deveria ser um motivo de comoção.

*Por que a Justiça Eleitoral não é mais efetiva no combate a práticas criminosas nas campanhas?*

Porque a legislação é ruim. Eximo de responsabilidade a Justiça Eleitoral. Como juiz eleitoral que sou (da 58ª Zona Eleitoral, com sede no município de João Lisboa, no Maranhão), reconheço a inexistência de instrumentos adequados para fiscalizar as contas dos candidatos. Eles declaram quanto querem. Não há meios de fiscalizar. É uma pantomina, cuja responsabilidade é do legislador. O Congresso falhou grosseiramente ao definir as regras sobre prestação de contas na campanha. Elas simplesmente não surtem efeito por falha da norma. É preciso mais transparência. As contas de campanha são ocultas, são registradas numa espécie de caixa preta. Os nomes dos doadores são revelados somente após o pleito. O eleitor vota às cegas. Agora que o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) está começando a mudar isso através de resolução diante da omissão do legislador. Outra coisa: não há teto de arrecadação. A lei é omissa nesta questão. São campanhas baseadas nas contribuições de empreiteiras, bancos e mineradoras e sem limite de arrecadação. São regras que oficializam o abuso do poder econômico. Gostaria de ver um sistema eleitoral mais barato, mais austero e altamente transparente. É preciso romper este ciclo de imobilidade no qual estamos desde a década de 1930 quando as premissas do atual sistema eleitoral foram desenhados. Costumo dizer que temos um Brasil do século 21 convivendo com eleições do século 19.

22 JUN 2014

## FOLHA DE LONDRINA

# Eleições e corrupção

A sociedade clama por mudanças na legislação política. A insatisfação, que já ocorria, começou a ficar mais evidente em junho do ano passado durante os protestos populares. Reforma política e mudanças nos órgãos de controle estavam entre os itens da pauta de reivindicações, mas assim como vários outros temas nada foi feito. Agora, a “corrupção política” volta à pauta da agenda nacional com o lançamento de um livro que explica a conexão entre financiamento das campanhas com atos de improbidade que penalizam a população.

A corrupção é uma prática que precisa ser extirpada da vida pública. Enquanto políticos, servidores e empresários estiverem interessados apenas em conchavos e em acordos para desviar verbas públicas o desenvolvimento não pode ser pleno. É por isso que falta dinheiro para melhorar a saúde, a educação, a segurança pública e para obras de infraestrutura que o País tanto precisa. E, nesse ponto, o eleitor precisa fazer a sua parte.

A primeira questão é votar conscientemente. Indicar candidatos que oferecem favores e vantagens pessoais é não pensar no todo, no bem comum. Outro ponto é acompanhar os trabalhos dos eleitos. Nesse quesito o brasileiro também é omissos porque não se preocupa em fiscalizar. Aliás, grande parte dos eleitores sequer se lembra em quem votou. A maturidade política tem que vir a partir da fiscalização, da cobrança aos eleitos.

Ainda é preciso pressionar por mudanças na legislação. O juiz eleitoral Marlón Reis, autor do livro “O Nobre Deputado”, aponta falhas na lei eleitoral, como a inexistência de instrumentos adequados para fiscalizar as contas dos candidatos. Financiamento público de campanhas ainda não é unanimidade, mas é preciso definir regras mais rígidas. Recursos destinados aos candidatos não podem continuar a ser uma “caixa preta” das campanhas. É preciso garantir mais transparência ao processo eleitoral até para coibir atos futuros de corrupção. A sociedade quer mudanças, mas também é preciso que cada um faça a sua parte.

22 JUN 2014

## FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

### Joaquim renega política, mas age como político

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, já disse que o Brasil “só tem partidos de mentirinha”, faz caras e bocas diante das câmeras da TV Justiça, nas sessões do STF, adota a expressão de fedor ao se referir a políticos, mas age como eles. Domingo passado, no Rio, no aeroporto Santos Dumont, posou para fotos, paparicou outros passageiros e, sorridente, até fez graça para atendentes da cafeteria.

### Como político

Assediado, Joaquim foi o alvo de diversos “selfies” no Santos Dumont, enquanto ouvia elogios como música. Tudo com inusual paciência.

### À vontade

Em público, Joaquim aparenta manter distância dos políticos, mas quando conversa com eles em particular, parece muito à vontade.

### Sonho acalentado

À vontade durante almoço oferecido ao francês François Hollande, em dezembro, Joaquim confessou a políticos o sonho de ser senador.

22 JUN 2014

# FOLHA DE LONDRINA

OSWALDO MILITÃO



*Cristiane Santos Leite, londrinense, juíza de direito da 16ª Vara Cível de Curitiba, foi removida, por merecimento, para o cargo de juíza substituta de 2º grau do Tribunal de Justiça do Paraná, fato que deixou eufóricos os seus pais, Moaci Mendes Leite e Roma Santos Leite, além de seus filhos Wander Junior e Marianne, e também seu irmão Ronald Santos Leite, que é funcionário do TRE em Rolândia*

21 JUN 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## Um país infestado

**LUÍS FRANCISCO CARVALHO FILHO**

**Para nossos juizes, a  
apropriação de códigos do  
'homem branco' torna o  
índio merecedor de punição**

*SEGUNDO O IBGE, a população que se declara indígena no Brasil ultrapassou 817 mil em 2010. Entre 1991 e 2000, o crescimento foi extraordinário (294 mil para 734 mil), o que se explica por questões metodológicas, pelo crescente sentimento de orgulho racial e por políticas compensatórias desenvolvidas a partir da Constituição de 1988.*

*É pouco diante do despovoamento histórico e do universo de 200 milhões de habitantes. A extinção de povos e culturas iniciada pela colonização portuguesa (catequese, guerras, massacres, escravidão, epidemias) persistiu durante a República com outra roupagem.*

*Nelson Hungria, ex-ministro do STF e nosso mais influente criminalista, ao comentar o Código Penal de 1940, afirma que os "silvícolas" não mereceram uma alusão expressa no texto para evitar que se pudesse supor, no "estrangeiro", que ainda éramos "um país infestado de gentio". Para a justiça criminal, o índio tem "desenvolvimento mental incompleto", é inteiramente desprovido "das aquisições éticas" do homem médio civilizado.*

*O resultado prático da opção do legislador de 1940 é que, para afeição da responsabilidade criminal do índio acusado de um delito, é comum não se levar em consideração critérios antropológicos. Para nossos juizes, a simples apropriação de códigos de sobrevivência do chamado homem branco, como o idioma português ou o saber dirigir veículo, já é suficiente para ser merecedor de punição.*

*Emprega-se o verbo infestar para o que faz mal: pragas, ratos, insetos. Não se diz que uma mata está "infestada" de orquídeas nem que nossas cidades estão "infestadas" de turistas na Copa do Mundo.*

*A visão preconceituosa de Hungria é também uma senha para compreender o andamento da questão indígena na segunda metade do século 20. Para o Brasil crescer era preciso "desinfestar" o território.*

*A Comissão da Verdade foi instituída para esclarecer graves violações de direitos humanos praticadas a partir de 1946. O período de apuração ultrapassa o termo inicial do regime militar (1964). A extensão temporal da lei parece estranha quando se tem em mente apenas a perseguição política simbolizada pela tortura, morte e desaparecimento de militantes de esquerda. Mas, objetivamente, há motivo para que graves violações patrocinadas desde 1946 contra índios pelo Estado brasileiro, ou com a sua conivência, sejam apuradas.*

*Medidas inaceitáveis, como o deslocamento forçado de comunidades, que viabilizaram obras de infraestrutura e a colonização de espaços "desocupados", merecem memória e reparação.*

*A atuação da Funai durante a ditadura: por que não vasculhar os arquivos deste órgão estratégico para o pensamento militar brasileiro?*

*O Centro de Reeducação Indígena Krenak, criado na região do Rio Doce, em Minas Gerais, na vigência*

*do AI-5, reuniu índios infratores, desajustados e resistentes em regime de campo de confinamento, com trabalhos forçados, vigilância e castigo. Para lá eram conduzidos pela vontade arbitrária de comandantes de postos e aldeamentos.*

*Ainda há quem considere a presença de povos indígenas um incômodo. Para preservar o que sobrou de suas culturas não bastam documentários da BBC. É preciso investigar o que aconteceu.*

22 JUN 2014

## FOLHA DE S. PAULO

O QUE ELES DISSERAM

### JOAQUIM BARBOSA

*Advogados que atuam nas  
execuções penais da AP 470  
[processo do mensalão] deixaram  
de se valer de argumentos  
jurídicos e passaram a atuar*

**POLITICAMENTE, (...)**  
*partindo para insultos pessoais*

Presidente do STF, ao anunciar que iria deixar a relatoria do mensalão antes de se aposentar

### ARNALDO MALHEIROS

*Embora não pelos  
mesmos fundamentos,*

**CONCORDO**

*com a conclusão*

*[de Barbosa]:*

*o melhor é que ele*

**SAIA**

advogado que defendeu Delúbio Soares no processo do mensalão, sobre decisão de Barbosa

23 JUN 2014

FOLHA DE S. PAULO

# Promotoria suspeita que conselheiro comprou imóvel com conta secreta

Robson Marinho teria adquirido casa onde vive com  
transferência de banco suíço aos EUA

**Empresa em paraíso  
fiscal atribuída a  
membro do TCE fez  
remessa de US\$ 1,1 mi  
na data de escritura**

**FLÁVIO FERREIRA  
MARIO CESAR CARVALHO**  
DE SÃO PAULO

Documentos bancários sugerem que o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo Robson Marinho usou dinheiro de conta secreta na Suíça para pagar a compra da casa em que mora, em São Paulo, segundo informações de autoridades suíças transmitidas ao Ministério da Justiça e ao Ministério Público paulista.

O principal indício obtido pelos suíços são dados bancários que apontam remessa de US\$ 1,1 milhão de conta atribuída ao conselheiro do TCE para conta nos EUA no mesmo dia da assinatura da escritura de venda do imóvel.

Autoridades do Brasil e da Suíça suspeitam que o beneficiário da transferência seja o vendedor da casa.

As investigações suíças apontam que a transferência do dinheiro foi feita em 23 de setembro de 1998, a partir da

conta da Higgins Finance Limited, empresa cujo controle é atribuído a Marinho e que está registrada no paraíso fiscal Ilhas Virgens Britânicas.

A destinatária do repasse é uma conta na Suíça do banco Coutts, que segundo as informações das autoridades do país pode ser vinculada a outra conta controlada nos Estados Unidos pelo administrador de empresas Ademar Lins de Albuquerque, que vendeu a casa para Marinho.

Como a **Folha** informou em abril, a operação da compra por Marinho da casa situada no bairro do Morumbi, em São Paulo, foi realizada fora do padrão do mercado e já havia levantado suspeitas do Ministério Público.

A escritura do imóvel aponta que ele foi pago por nota promissória com vencimento previsto para quase um ano após o recebimento da posse da casa por Marinho.

Na ocasião da compra, em 1998, a escritura registra ainda que ele pagou R\$ 600 mil pela casa, sendo que o valor venal do imóvel à época era de R\$ 1 milhão.

Marinho é alvo de inquérito no Superior Tribunal de Justiça, sob a suspeita de ter recebido propina da Alstom.

Na terça-feira (17), o Ministério Público apresentou ação à Justiça paulista na qual acusa Marinho de ter recebido suborno para ajudar a Alstom a fechar contratos sem licitação no total atualizado de R\$ 281 milhões com estatais paulistas de energia.

## OUTRO LADO

O advogado Celso Vilardi, defensor do conselheiro do TCE-SP Robson Marinho, afirma que as provas obtidas contra o conselheiro na Suíça são ilícitas e por isso não iria se manifestar sobre as suspeitas e acusações do Ministério Público estadual.

O Ministério Público admite que parte das investigações da Suíça foi considerada ilícita em razão do uso ilegal de um agente infiltrado, mas alega que a Justiça daquele país também decidiu que as provas relativas ao conselheiro do TCE não foram afetadas pelas irregularidades.

De acordo com Marinho, o Ministério Público "vaza informações mentirosas veiculadas pela imprensa". O administrador de empresas Ademar Lins de Albuquerque negou que a casa vendida ao conselheiro tenha sido paga por transferência entre contas no exterior. "A operação foi realizada no Brasil", diz.

CONTINUA

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### TRANSAÇÃO OSCURA

Como foi a venda da casa de Robson Marinho

23 JUN 2014

#### O IMÓVEL

>> Localizada no Morumbi, bairro nobre na zona oeste de São Paulo (SP), a casa ocupa terreno de 2.000m<sup>2</sup>

#### O CONSULTOR

>> Até mar.1996, o imóvel pertenceu ao consultor Arthur Teixeira, acusado de intermediar o pagamento de propinas da Alstom a funcionários públicos no Brasil



#### A PRIMEIRA VENDA

>> Em mar.1996, Teixeira vendeu a casa a um executivo do banco Barclays, Ademar Lins de Albuquerque, recebendo em troca um apartamento de 376m<sup>2</sup> na mesma região e R\$ 250 mil em dinheiro

#### A SEGUNDA VENDA

>> Em set.1998, Albuquerque vendeu a casa por R\$ 600 mil ao conselheiro do Tribunal de Contas do Estado Robson Marinho. Segundo a escritura, o pagamento foi feito por meio de uma nota promissória, mas o banqueiro diz ter recebido à vista

#### A TRANSFERÊNCIA

>> No mesmo dia em que a compra foi fechada, uma conta na Suíça atribuída a Marinho transferiu US\$ 1,1 milhão para outra conta nos EUA. O Ministério Público suspeita que a transação esteja associada ao imóvel

23 JUN 2014

## FOLHA DE S. PAULO

### Graves questões na greve

WALTER CENEVIVA

A greve, enquanto fato jurídico, disputou o espaço das manchetes com um adversário original: o futebol. Este saiu vitorioso, mas nem tudo é festa. Isso porque a greve é direito do trabalhador em busca de melhores condições de vida e de trabalho. O grevista não agride o direito do patrão ou da comunidade, por abandonar o serviço pelo qual é pago. A paralisação é modo legítimo de obter vantagens recusadas.

Agora que se voltou à normalidade devemos pensar, tanto quanto possível com o espírito desarmado, em como devemos nos posicionar para evitar novas situações de risco. Ocorre, em primeiro lugar, que ninguém, nem mesmo o grevista, tem direito absoluto. Para isso há limites no art. 9º da Constituição.

Passado o estrépito dos dias da greve, é possível reavaliar esse problema típico das grandes metrópoles, especialmente delas, nas quais se estabelece o contraste entre o interesse geral da população no transporte público e o interesse de segmentos de seus operadores. Há critérios que o bom senso pode controlar, no choque dos impulsos grevistas, mas quando esse remédio não esteja disponível por acordo, o exercício da lei há de imperar. As necessidades dos moradores estão

Na greve do Metrô, o interesse da população tinha de preponderar sobre o dos grevistas, por mais justo que fosse o direito deles

na primeira linha de importância.

Daí resulta que os abusos devem sujeitar, e efetivamente sujeitam, os responsáveis pelos excessos a punições variáveis. Há momentos em que essa invocação da ordem jurídica não é suficiente, para qualquer lado examinado pelo estudioso. Tanto pode permitir a manifestação de interesses generalizados, quanto proibir a atividade dos que atentem contra o direito coletivo. Não há artista que consiga desenhar linha limítrofe clara entre os dois campos, mas a liberdade com responsabilidade ajuda a desfazer o nó das contradições.

Se o leitor for a ponto de insistir em que se definam efetivos elementos de composição para as alternativas possíveis, é bom ficar claro que esse remédio é difícil de encontrar. Há caminhos e, no caso da greve, o primeiro dos remédios é o da Justiça do Trabalho. Solução natural e mundial na democracia.

Na greve paulistana do Metrô, o interesse da população tinha de pre-

ponderar sobre o dos grevistas, por mais justo que fosse o direito deles. É colocação própria do transporte coletivo, sem muitos exemplos de tanta força de convencimento.

Não é demais dizer que a matéria em campo não é necessariamente ligada à democracia em si mesma, quando as qualidades democráticas são obscurecidas por ondas do elitismo, por um lado, ou por ondas do sindicalismo, descompromissadas umas e outras com o interesse dominante da coletividade.

A soberania do povo não é compatível nem com a desordem nem com o sacrifício da maioria. Colocar em palavras a definição sistemática do que seja a democracia em face de toda realidade social exige poucas linhas. É, contudo, fundamental que todas as tendências dos grupos sociais tenham seus modos de se fazerem ouvir.

O problema remanescente é difícil. A confusão é necessária: interesses diversos sempre estiveram presentes na natureza do ser humano. Não há traço definitivo entre a liberdade democrática e seu abuso. O dado essencial é o de ter sempre o senso da Justiça, das pessoas e, quando necessário, do Estado.

WALTER CENEVIVA, 86, é advogado. Foi professor de direito civil da Pontifícia Universidade Católica de SP

23 JUN 2014

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## EDITORIAL

### LENTIDÃO DA JUSTIÇA

*Apesar de avanços, a Justiça brasileira continua sendo um sistema extremamente lento. Cidadãos das mais variadas classes sociais e faixas etárias esperam, muitas vezes, durante anos para que aconteça uma decisão judicial definitiva nos processos em que participam. Com essa situação, réus verdadeiramente culpados acabam ficando impunes por muito tempo, fazendo com que o sonho da justiça diminua no coração das vítimas. As três esferas do Poder deveriam acelerar uma reforma do Judiciário, colocando em prática medidas eficientes para extinguir a tão conhecida demora nos processos.*

*E as causas da lentidão judicial são muitas, vão desde questões processuais até a falta de pessoal. O excesso de ações judiciais e a ampla possibilidade de recursos estão entre os principais obstáculos. Além desses, pode-se citar ainda a falta servidores, de juízes e de infraestrutura, burocracia, informática deficitária e os orçamentos limitados. Complicações processuais e burocráticas e falhas no pagamento por parte dos devedores, da mesma forma, atrasam o sistema e precisam ser combatidos. Como se vê, os entraves são muitos e, por conta disso, o trabalho necessário para eliminá-los será enorme. O povo precisa levar essa situação em conta na hora de decidir quais serão os candidatos merecedores de votos nas próximas eleições.*

23 JUN 2014

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Brasil recebeu 3,8 mil denúncias de violações contra menores

O Unicef já adiantou que segundo os dados da Copa das Confederações e do Carnaval deste ano, o trabalho infantil supera o abuso e a exploração sexual

**C**erca de 3,8 mil denúncias de violações de direitos das crianças e adolescentes foram feitas desde 18 de maio, mês em que se intensificou a campanha do governo brasileiro e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). O balanço foi divulgado na sexta-feira (20), pelo Unicef, ao afirmar que apenas na semana que vem poderá fornecer dados sobre os tipos de denúncias.

O Unicef já adiantou que segundo os dados da Copa das Confederações e do Carnaval deste ano, o trabalho infantil supera o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes em números de denúncias. Para Casemira Bengue, chefe do Programa de Proteção à Criança no Brasil, apesar do grande número de denúncias é preciso sensibilizar mais o brasileiro sobre a ilegalidade do trabalho infantil.

“Estamos preocupados com a naturalização do trabalho infantil. Você sai à rua e vê uma criança vendendo algo. As pessoas olham isto com certa naturalidade, acham que é comum e que podem aceitar. Por isso, na nossa campanha, temos peças específicas relacionadas ao trabalho infantil. É uma das violações mais frequentes durante

megaeventos”, disse.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresentados pelo Unicef informam que 3 milhões de jovens de 10 a 17 anos trabalham no país. Para Bengue, o trabalho infantil facilita outras violações, como agressões físicas e psicológicas, negligência e abuso sexual. Além do Disque 100, que atende as denúncias de violações de direitos humanos, o Unicef e o governo apostaram no aplicativo para smartphone Proteja Brasil, que informa as instituições para fazer a denúncia. O software já foi baixado por 30 mil pessoas e a meta é chegar a 50 mil downloads até o fim da Copa do Mundo.

Os dados coletados sobre a violação das crianças e adolescentes durante a Copa do Mundo vão ajudar as entidades do setor a estabelecerem uma ligação entre os grandes eventos e estes crimes, para avaliar se há um aumento da incidência durante estes períodos: “Ainda não há dados que comprovem esta ligação. Mas consideramos esta preocupação legítima”, disse Bengue.

21 JUN 2014

## TRIBUNA DO PARANÁ

### TRIBUNAL DE CONTAS

O coordenador-geral do Tribunal de Contas (TCE), Luiz Bernardo Dias Costa, foi solto ontem mediante pagamento de fiança. Costa estava preso desde quarta-feira, depois de ser flagrado recebendo R\$ 200 mil do diretor da Sial Engenharia e Construção, Edenilso Rossi. A empre-

sa foi a vencedora da licitação para a construção do prédio anexo ao TCE, no Centro Cívico. O empresário e outras quatro pessoas foram presos. A prisão foi feita pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público. (Da Gazeta do Povo)

23 JUN 2014

# TRIBUNA DO PARANÁ RECLAME NA HORA!

## CAMINHO DAS PEDRAS



Durante a Copa, juizado especial atende conflitos de consumo no Afonso Pena

Eduardo Santana  
esantana@tribunadoparana.com.br

**P**ara quem está viajando de avião pelo Brasil durante a Copa do Mundo, um serviço prestado pelo Judiciário brasileiro tem facilitado a vida nos momentos de dificuldades. Trata-se dos juizados especiais implementados nos aeroportos das doze cidades-sede dos jogos da competição. As estruturas foram montadas com objetivo de resolver rapidamente conflitos de consumo dos passageiros e também problemas na área de infância e juventude relacionados à circulação de crianças e adolescentes.

No Aeroporto Internacional Afonso Pena, em São José dos Pinhais, o juizado especial está funcionando em horário especial, das 6h à meia-noite, desde 6 de junho. Desde então, as equipes de plantão já fizeram 74 atendimentos. Segundo Rodrigo Domingos Alves, analista judiciário do TJ-PR, quase um terço da demanda (22 casos) está relacionada à autorização de viagem para menores de idade. "O restante das pessoas reclamou de atrasos de voos e extravio de bagagens", conta Alves.

### EM QUE CASOS?

O Juizado Especial do Afonso Pena analisa causas relacionadas a: violação, furto e extravio de bagagens; atraso e cancelamento de voos; overbooking; informações sobre direitos do passageiro; e autorizações judiciais de viagens e todas as demais que digam respeito às crianças e aos adolescentes em trânsito. Telefones: (41) 3381-1741 e (41) 3381-1743. Das 6h à meia-noite.

Ainda de acordo com o analista, conflitos de consumo são mediados por uma equipe de funcionários e conciliadores sob a coordenação de um juiz. "Tentamos solucionar os conflitos por meio de um acordo amigável entre os viajantes e as companhias aéreas ou órgãos do governo. Se não for possível, o cidadão poderá seguir com o processo", explica. A estrutura funciona até 20 de julho, no terceiro andar do terminal.

Caso o consumidor seja do Paraná, o processo entra instantaneamente no sistema do Tribunal de Justiça. Já os cidadãos de fora do Paraná terão seus dados enviados ao tribunal de seu estado de origem. O foco é buscar a conciliação entre as partes e não é necessário constituir advogado. O consumidor deve entrar com o pedido dentro de 24h do incidente ocorrido. "Atendemos muita gente que também vem apenas procurar informações sobre determinadas situações da nossa área de atuação", informa.

23 JUN 2014

## JORNAL DO ÔNIBUS

### STF julga trabalho externo de condenados no mensalão

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para quarta-feira (25) o julgamento dos recursos dos condenados na Ação Penal 470, o processo do mensalão, que tiveram o trabalho externo cassado pelo presidente da Corte, Joaquim Barbosa. A próxima semana também será marcada pela despedida de Barbosa, que vai se aposentar e deixar a Corte.

Com a liberação dos recursos para julgamento pelo novo relator do processo, ministro Luís Roberto Barroso, o plenário vai julgar os recursos do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, do ex-deputado federal Romeu Queiroz e do ex-advogado Rogério Tolentino. Também será julgado o pedido do ex-deputado José Genoíno para voltar a cumprir prisão domiciliar.